



Entre tensões e divergências políticas: a questão do aborto no Senado Federal brasileiro

Pesquisadora: Rayane Noronha Oliveira. Mestranda em sociologia da Universidade de Brasília.

E-mail: rayane.noronha.oli@gmail.com

Orientadora: Tânia Mara Campos de Almeida

OBJETIVO

No Brasil, entre maio de 2015 e abril de 2016, ocorreram cinco audiências públicas sobre aborto no Senado Federal. Essas audiências são fruto de uma sugestão (SUG 15/2014) feita por um cidadão, militante do campo da saúde e simpatizante das causas feministas, que propôs a regulamentação da interrupção voluntária da gravidez pelo Sistema Único de Saúde (SUS) durante as doze primeiras semanas de gestação. A sugestão foi publicada no Portal e-Cidadania do Senado Federal e obteve, em torno de dois meses, mais de 20 mil votos, apoio suficiente para ser encaminhada formalmente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Casa. As audiências tiveram o objetivo de reunir especialistas e ativistas favoráveis e contrários à legalização e descriminalização do aborto, visando à ampliação do debate sobre o aborto na sociedade civil e no Estado. Por meio das análises das falas proferidas nessas audiências públicas, o presente projeto de pesquisa tem o objetivo de identificar e refletir a respeito dos argumentos centrais para os grupos em embate, compreendendo quais tipologias argumentativas são invocadas no debate. Além disso, pretende identificar quais são as representações simbólicas das mulheres e de seus corpos nesses discursos.

MÉTODO

Esta pesquisa de metodologia mista (quali e quantitativa) com abordagens combinadas está constituída em duas fases. A primeira é a análise quali quantitativa dos conteúdos taquigráficos das 40 falas proferidas nas audiências públicas, que serão organizadas e sistematizadas pelo software *Iramuteq*. Através dessa sistematização, pode-se quantificar a aparição das palavras, tanto quanto analisar os eixos e as classes de palavras geradas pelos grupos favoráveis e contrários à legalização do aborto. Concomitantemente a essa fase, haverá a análise qualitativa do conteúdo das falas e das minhas impressões de campo. Essa análise poderá dar maior sentido interpretativo aos dados sistematizados pelo software.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O Brasil vive atualmente um caos político. As recentes mudanças políticas com a efetivação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a posse do presidente interino Michel Temer agravaram ainda mais um processo que já estava em curso. Atualmente, o Brasil possui um número inferior de ministérios e as pastas de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, de Igualdade Racial, Previdência Social, dentre outras, passam por severas mudanças. No momento atual, a Secretária de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes, é contrária ao aborto, inclusive em casos de estupro. Os/as novos/as ministros/as não refletem a diversidade brasileira: o Brasil não possui nenhum ministro/a negro/a ou indígena, por exemplo. As duas mulheres que conseguiram ocupar esse espaço não são comprometidas com as pautas feministas.

Além disso, é importante salientar que já havia um processo de avanço conservador na política brasileira. Algumas pesquisas comprovam que desde 2005 foi possível identificar uma movimentação político-religiosa preocupante no Congresso Nacional e foram nas eleições presidenciais de 2010, que esse isso ficou mais evidente (SANTOS, 2015; MARIANO, 2011; MIGUEL, 2012; ALMEIDA & BANDEIRA, 2013). Pois, nessas eleições, o debate sobre aborto tomou proporções imensuráveis e a pressão religiosa fez com que a candidata Dilma Rousseff, anteriormente favorável à legalização do aborto, se posicionasse contrária ao final das eleições.

No Brasil o aborto é permitido em apenas três casos: quando a gravidez é resultante de estupro, quando a gestante corre risco de vida, e desde 2012, em casos de gravidez de fetos com anencefalia. Entretanto, dezenas de projetos de lei foram encaminhados ao Congresso Nacional nas últimas décadas para que houvesse mais restrição ou abertura legislativa na efetivação do aborto. Ademais, existem 68 estabelecimentos que realizam o aborto legal em todo o território brasileiro. Porém, a pesquisa de Débora Diniz (2015) mostrou que apenas 37 desses serviços informaram que realizam aborto legal e em sete estados não há serviços ativos. O perfil preponderantemente das mulheres que utilizam o serviço de abortamento legal é de 15 a 29 anos, solteiras e católicas. Em 94% dos casos a gestação é consequência de estupro. Além do mais, essa pesquisa mostrou que existe um distanciamento entre a previsão legal e a realidade dos serviços.

RESULTADO PRELIMINARES

A análise dos dados está em curso. Neste momento analiso a primeira audiência, que ocorreu em maio de 2015. Existe uma totalidade nas cinco audiências que são compostas por uma sequência temática. Embora cada audiência tenha tido um início, meio e fim, elas dialogam entre si. A primeira audiência, por exemplo, foi composta quase exclusivamente por médicos/as e advogados/as. Isso pode representar uma tentativa de evidenciar um discurso que além de qualificado, seja mais legitimador.

No dia da audiência a sala não estava lotada e houve pouca rotatividade de senadores/as presentes. Ficou evidente que o uso de aportes tecnológicos, como gráficos, fotos, fetos de plástico e a utilização de frases emotivas foi uma estratégia do grupo contrário à legalização do aborto para causar comoção. Além disso, o número e a duração das falas foram desiguais. O grupo contrário à legalização do aborto foi composto por cinco pessoas que falou na totalidade 100 minutos, enquanto o grupo favorável à legalização foi composto por seis pessoas que se pronunciou ao todo em 88 minutos. Além disso, as intervenções da sociedade civil e de senadores/as presentes também foram desiguais. Houve quatro intervenções contrárias à legalização do aborto e três favoráveis. Apenas uma deputada, Regina Souza, falou favorável ao aborto.

Os argumentos favoráveis à legalização do aborto foram, de forma geral, focados nas mulheres como cidadãs e sujeitas autônomas. A prática ilegal do aborto foi apontada como uma condição de subcidadania na vida das mulheres. Os argumentos foram fundamentados em aspectos jurídicos (dignidade humana e anacronismo legislativo do Código Penal que é datado de 1940); demográficos (dados de países que legalizaram o aborto e melhoraram as condições da vida das mulheres); saúde pública (mulheres que morrem devido à criminalidade do aborto); ética (a obrigação do estado de tratar a questão do aborto como algo ético) e nos acordos internacionais que o Brasil é signatário. Além disso, foi dito algumas vezes que é uma incoerência e irresponsabilidade do estado compreender o aborto como crime. O que cria uma condição de agravamento de desigualdades entre as mulheres no quesito de classe e raça.

Os argumentos contrários à legalização do aborto foram, em contra partida, focados no feto e na embriologia. Pouco se falaram das mulheres, apenas como vítimas e sujeitas essencializadas na maternidade. Não houve nenhum argumento religioso, mas dizeres como "graças a deus" e evocações a figuras religiosas estiveram presente em alguns dos discursos.

Alguns dos dados explicitados foram de cunho demográfico (dados de diversos países), científico (embriologia) e do DATASUS (base de dados do Sistema Único de Saúde). Objetivou-se mostrar que a prática do aborto não mata mulheres e que a legalização do aborto, a partir dos dados explicitados, aumenta a prática do aborto nos países. Além disso, houve falas de denúncia ao suposto imperialismo norte-americano que pretende legalizar o aborto para controlar a população de países em desenvolvimentos, como no caso do Brasil.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Essas audiências públicas evidenciam um retrato da complexidade do debate político sobre aborto no Brasil. Além disso, pode-se perceber, mesmo com a análise ainda em curso, que existe uma sofisticação dos argumentos contrários à legalização do aborto, que se encontram mais científicos e menos religiosos, embora a figura de Deus possua um peso central em muitas das falas. Por outro lado, pode-se inferir que os argumentos favoráveis à legalização do aborto possuem outro tipo de sofisticação, que se aproxima de discursos sobre ética e responsabilidade do estado. A questão da cidadania e da autonomia das mulheres sobre os seus corpos aparecem de forma diferenciada em diversos dos discursos e por isso, necessita ainda de uma análise mais cautelosa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos; BANDEIRA, Lourdes Maria. *O aborto e o uso do corpo feminino na política: a campanha presidencial brasileira em 2010 e seus desdobramentos atuais*. Cadernos Pagu, n. 41, p. 371-403, 2016.
- PEREIRA MADEIRO, Alberto; DINIZ, Debora. *Serviços de aborto legal no Brasil—um estudo nacional*. 2016.
- MARIANO, R. *Laicidade à brasileira Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.
- MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e Democracia*. Estudos Feministas, v. 20 nº 3, p. 57-672, 2012.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. *O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos*. Dissertação - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Agradecimentos à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF)

